



A disponibilização de informação científica e a eficácia dos processos de divulgação da ciência são elementos essenciais para o desenvolvimento de qualquer atividade profissional e da sociedade.

A função da ciência é o estudo e compreensão de fenómenos de forma a permitir a aplicação das suas conclusões na resposta a necessidades concretas. Num mundo em rápida evolução, o desenvolvimento da capacidade de pensamento crítico e de ação, sustentada pelo conhecimento, têm uma relevância crucial. Importa produzir fundamentação que possa ser utilizada e possa servir de orientação para aqueles que promovem e desenvolvem o Desporto e a Atividade Física, no âmbito da educação, do treino e da saúde. As condições de acesso à informação científica são, por isso, críticas para a solidez da atividade profissional e para a fundamentação de decisões com impacto na qualidade das ações a desenvolver.

A edição digital tem trazido algumas alterações no acesso à informação científica. Ultrapassada uma fase baseada na assinatura de periódicos em suporte físico que, em parte, condicionou o acesso aos resultados que a investigação ia disponibilizando, entrámos num tempo em que a digitalização favorece a possibilidade de chegar de forma mais económica e mais abrangente a um público mais vasto. No entanto, esta nova possibilidade tem estado de alguma forma condicionada pela prevalência de algumas questões (essencialmente associadas a alguma falta de credibilidade e a fatores financeiros) que inibem essa massificação, conduzindo a uma perda de eficácia na comunicação da ciência e, no limite, na diminuição do impacto e reconhecimento dos resultados conseguidos pelos investigadores e respetivas instituições.

O “Acesso Livre” (*Open Access*) consiste na disponibilização livre na *Internet* de cópias gratuitas, *online*, de artigos de revistas científicas, comunicações em conferências, bem como relatórios técnicos, teses e documentos de trabalho. As revistas de “Acesso Livre” obedecem a normas e regras do sistema de publicação científica, isto é, a garantia de um processo de revisão por pares (*peer-review*), indexadas em bases de dados.

Alguns mal-entendidos têm condicionado a abrangência das políticas de livre acesso. O “Acesso Livre” não é um processo de autopublicação, não é uma forma de ultrapassar o processo de revisão, nem é uma forma alternativa para publicação a baixo preço. É, por isso, uma forma robusta de tornar os resultados de investigação acessíveis *online* para toda a comunidade científica e profissional.

Alguns autores retraem-se de contribuir para revistas de acesso livre com receio que os seus trabalhos não sejam adequadamente reconhecidos e pelo impacto que podem ter (ou não) na

0/0/0/
5

progressão das suas carreiras académicas. Ainda que instituída, esta perceção deve ser contrariada com as possibilidades que este modelo de publicação permite: a eliminação de barreiras que se traduz numa maior democratização do acesso ao conhecimento, visibilidade, mais leituras e um maior impacto (mais citações), facilitando a utilidade da literatura científica e acelerando e enriquecendo a investigação e os processos educativos em todos os níveis de ensino.

Em Portugal tem havido um notável progresso no movimento de acesso livre, tendo-se ampliado significativamente a rede de repositórios de instituições de ensino e pesquisa. A RCAAP (Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal), que tem como objetivo a recolha, a agregação e a indexação dos conteúdos científicos em acesso aberto, constitui-se como um ponto de pesquisa, descoberta, localização e acesso a milhares de documentos de carácter científico e académico. Manifestando um grande desenvolvimento com um aumento considerável na mobilização da comunidade académica, o projeto tem vindo a adquirir enorme visibilidade e reconhecimento tanto nacional, como internacional.

Numa altura em que as políticas de financiamento da Comissão Europeia e da Fundação para a Ciência e Tecnologia obrigam à disponibilização, em acesso livre, da produção científica resultante dos projetos de investigação e desenvolvimento por si financiados, não deve ser esquecida uma crítica associada à divulgação da produção científica em revistas e periódicos de assinatura paga: o estado financia e suporta grande parte da investigação feita no ensino superior, pelo que é controverso entender a necessidade de pagamento por parte dos contribuintes para acederem aos produtos dessa investigação.

O Boletim SPEF adota uma política de acesso livre para todo o conteúdo publicado, promovendo a consulta gratuita dos artigos, assim como, facilitando a divulgação do trabalho desenvolvido pelos autores/investigadores, mantendo o objetivo de a todos fazer chegar informação credível e de qualidade.

Neste número, David Luís Sarmento, António Brandão, Joel Pereira, Nelson Cunha e Filipe Manuel Clemente contribuem para um maior conhecimento de especificidades técnicas relacionadas com Atividades de Ar Livre, nomeadamente na área das manobras com cordas no *Canyoning* que, certamente, será um importante contributo para a segurança na realização desta atividade.

Mário Bonança, percussor do estudo de uma recente disciplina da natação – natação em águas abertas, em conjunto com Luís Rama e Jorge Proença, apresentam uma análise sobre as diferenças ecológicas de nadar em piscina ou no mar e dos constrangimentos que daí resultam, salientando as diferentes variáveis que permitem otimizar o desempenho dos atletas desta disciplina.

Na área da Educação Física partilhamos dois artigos de âmbito diferente. Bernardo Serra, Bruno Monteiro, Diogo Guerra e João Martins abordam as perspetivas dos estudantes universitários, de diferentes áreas de estudo, sobre o papel da Educação Física na promoção de estilos de vida ativos e saudáveis. Os resultados concluem que, para maioria dos jovens desta amostra, as aulas de Educação Física foram a principal influência para que hoje em dia tenham um estilo de vida ativo.

Isabel Bayo e José Diniz apresentam um estudo sobre o impacto da classificação final obtida na disciplina de Educação Física na média de curso dos alunos candidatos ao ensino superior. Apesar da questão sobre a contabilização da classificação da disciplina para o acesso ao ensino superior ter sido ultrapassada com a saída do Decreto-Lei nº 55/2018, que eliminou o regime excecional relativo ao estatuto classificativo da disciplina, estudos e análises sobre esta influência são essenciais para clarificar ideias preconcebidas e redutoras em relação à disciplina e ao impacto da sua classificação no acesso ao ensino superior.

Neste número, apresentamos ainda dois dossiers.

Um dedicado ao Projeto EuPEO – Observatório Europeu de Educação Física (European Physical Education Observatory).

O EuPEO é um projeto que serve de estrutura à plataforma de um futuro observatório, que terá como objetivo promover uma Educação Física, um Desporto Escolar e outras formas de atividade física escolar de qualidade em toda a Europa. Financiado pela Comissão Europeia através do programa *Erasmus Plus Sport*, este projeto baseia-se no trabalho colaborativo entre instituições profissionais e científicas, de doze parceiros institucionais, de oito países - Portugal, França, Alemanha, República Checa, Hungria, Suíça, Irlanda, Eslovénia – num total de 22 investigadores.

Através de recursos criados para apoio à monitorização da Educação Física e Desporto Escolar, pretende-se estabelecer pontes com as recomendações existentes sobre a qualidade da Educação Física, contribuindo para uma compreensão integrada das finalidades e objetivos da Educação Física entre países da Comunidade Europeia

Finalmente, divulgamos a tradução para português da posição da AIESEP (Association Internationale des Écoles Supérieures d'Éducation Physique) sobre a Avaliação em Educação Física.

A avaliação das aprendizagens em Educação Física tem sido um tema a que temos dedicado particular atenção. A realização do seminário internacional “Educação (Física) – o valor da avaliação” em março de 2019, a edição do livro “Avaliação em Educação Física – Perspetivas e Desenvolvimento” em setembro de 2019 e a sua referência como tema central do 11.º Congresso Nacional de Educação Física – “Avaliar para melhorar” – são exemplos da ênfase que tem sido dada a esta área determinante do Desenvolvimento Curricular.

Em Portugal, as questões suscitadas pela avaliação e classificação no campo educativo têm tido alguma evolução, embora nem sempre o debate em seu redor seja totalmente focado e esclarecido.

Em geral, a discussão em torno das práticas avaliativas situa-se numa análise superficial e instrumental, muito condicionada pelo processo classificativo. Os desafios com que se depara a área da Educação Física neste âmbito, não serão diferentes, conceitualmente, de outras áreas disciplinares. No entanto, algumas características específicas da Educação Física merecem uma especial atenção dado percurso sócio histórico da disciplina, envolto num conjunto de crenças e

0/0/0/
7

preconceitos que obrigam a um trabalho adicional, em prol de uma plena afirmação do seu estatuto no sistema educativo.

A presente posição é mais um contributo para o aprofundamento deste conhecimento e surge na sequência de um seminário de especialistas da AIESEP, realizado na Holanda em 2019, que procurou analisar e debater a avaliação em Educação Física. Este trabalho foi finalizado e apresentado na Conferência Internacional da AIESEP realizada também em 2019, em Nova Iorque.

Esta posição conjunta releva a importância da avaliação para o desenvolvimento de uma Educação Física de qualidade, tentando garantir que diferentes intervenientes – professores de Educação Física, estudantes de Educação Física, responsáveis pela definição do currículo, formadores de professores de Educação Física, investigadores na área da Educação Física e decisores políticos – encontrem nesta tomada de posição um contributo para que possamos refletir, investigar e desenvolver práticas de avaliação que permitam melhorar as aprendizagens e promover mais sucesso dos nossos alunos.

Nuno Seruca Ferro